

CONCURSO PÚBLICO CÂMARA DE OLINDA (PE)



TÉCNICO LEG. – ESPEC. ADMINISTRATIVA (MANHÃ)

igeduc

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de **ELIMINAÇÃO** do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens subsequentes.

01. A execução da despesa pública inicia-se com o empenho, processo pelo qual a administração pública reserva o montante necessário para cobrir uma despesa contratada, assegurando que os recursos estarão disponíveis para o pagamento futuro, seguindo o princípio da legalidade orçamentária.
02. De acordo com a Lei Orgânica de Olinda, o hino municipal pode ser alterado por decisão do prefeito, sem necessidade de aprovação pela Câmara Municipal, para adaptar-se às modernas necessidades da cidade.
03. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é uma ferramenta de padronização contábil que visa à uniformização dos registros contábeis entre os diferentes entes da Federação, promovendo a comparabilidade e a transparência nas contas públicas, facilitando a consolidação das contas nacionais.
04. A Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024 estipula que o Estado de Pernambuco possui permissão legal para realizar operações de empréstimo que ultrapassem 50% de sua receita corrente líquida projetada, permitindo assim maior flexibilidade financeira para investimentos essenciais e desenvolvimento de infraestrutura.
05. O regime jurídico administrativo permite que, em determinadas situações, os interesses individuais dos agentes do Estado tenham prioridade sobre os interesses coletivos da sociedade, visando a flexibilização das ações administrativas.
06. O fluxo de caixa projetado é uma ferramenta essencial para a gestão financeira, permitindo às empresas antecipar entradas e saídas de recursos, facilitando o planejamento de investimentos, pagamentos e a manutenção da saúde financeira. Esse instrumento não apenas reflete as transações passadas, mas também ajuda na previsão e preparação para o futuro financeiro.
07. A classificação ABC sugere que os itens na categoria C são os mais importantes para a gestão de estoque, exigindo monitoramento constante e investimentos significativos para garantir sua disponibilidade, devido ao seu alto valor e impacto nas operações da empresa.
08. O princípio orçamentário da universalidade permite que determinadas receitas e despesas sejam excluídas do orçamento público, para facilitar a gestão financeira do Estado, permitindo uma maior flexibilidade na alocação dos recursos públicos conforme as necessidades emergenciais.
09. Entre as competências exclusivas do Município de Olinda, conforme sua Lei Orgânica, está a organização e prestação dos serviços públicos de interesse local, incluindo transporte coletivo, que é considerado essencial.
10. De acordo com o princípio orçamentário do equilíbrio, é recomendável que os orçamentos públicos apresentem déficits significativos, como estratégia para estimular a economia, sendo este um método amplamente aceito e praticado para a expansão econômica sustentável a longo prazo.
11. Na gestão do tempo de projetos, a técnica de compressão do cronograma, conhecida como "crashing", é utilizada para aumentar a duração das atividades críticas e distribuir recursos adicionais em tarefas não essenciais, visando melhorar a qualidade do projeto sem alterar o prazo final.
12. A Lei Orgânica do Município de Olinda assegura a todos o direito de viver com dignidade, proibindo qualquer forma de discriminação. Além disso, estabelece a gratuidade dos procedimentos necessários ao exercício da cidadania.
13. No regime jurídico administrativo, o interesse secundário, que representa as necessidades e objetivos da sociedade, deve sempre se sobrepor ao interesse primário, que é o do Estado enquanto pessoa jurídica, para garantir a supremacia do interesse público.
14. A responsabilidade civil do Estado obriga a Administração Pública a compensar danos causados a terceiros por agentes públicos durante o exercício de suas funções, especialmente quando esses danos resultam de negligência ou imprudência.

15. Dentro da administração direta do Poder Executivo, as Secretarias de Estado de natureza substantiva são exclusivamente responsáveis pelo fornecimento de recursos financeiros ao governador, sem envolvimento em atividades de orientação técnica ou execução de projetos governamentais.
16. A Declaração dos Direitos Humanos da ONU de 1948 teve sua inspiração primária nos documentos legais britânicos do século XIX, desconsiderando influências anteriores como a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.
17. O princípio orçamentário da exclusividade determina que a lei orçamentária anual deve conter apenas matérias relacionadas à previsão da receita e à fixação da despesa, não sendo permitido incluir na mesma lei textos sobre temas estranhos à previsão de receitas e à fixação de despesas.
18. A Lei Orgânica do Município de Olinda estabelece que apenas moradores com mais de dez anos de residência no município têm o direito de participar das decisões administrativas locais.
19. No PCASP, as operações de crédito são registradas como receitas, refletindo a entrada de recursos financeiros, e não exigem contrapartida específica no passivo, visto que representam ganhos efetivos para o setor público, que aumenta seu patrimônio de forma direta.
20. De acordo com a Lei Complementar Nº 1/1990, a criação de novos municípios em Pernambuco pode ser feita exclusivamente por decisão do Governador do Estado, sem necessidade de consulta à população.
21. De acordo com o Art. 10 da Lei Nº 18.428, o Poder Executivo está autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 15% da receita corrente estimada para o Orçamento Fiscal de 2024.
22. De acordo com a Lei Complementar Nº 1, datada de 12 de julho de 1990, é imperativo que, para a criação de municípios no território do estado de Pernambuco, exista um requisito fundamental: a localidade em questão deve ter uma população que exceda o número mínimo de 10.000 habitantes.
23. O controle administrativo, exercido pela própria Administração Pública sobre suas atividades, fundamenta-se no poder de autotutela dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e abrange tanto questões de legalidade quanto de mérito dos atos administrativos.
24. No Poder Executivo, a administração direta é caracterizada pela integração de serviços estatais que realizam atividades típicas da administração pública, incluindo a Governadoria e as Secretarias de Estado, tanto de natureza instrumental quanto substantiva, que apoiam diretamente o governador na execução de programas e projetos governamentais.
25. A gestão eficaz do tempo em projetos sugere que a priorização de tarefas deve ser baseada exclusivamente no nível de facilidade de execução, com tarefas mais simples recebendo maior prioridade, independentemente de sua importância ou impacto no cronograma geral do projeto.
26. Para a criação de um novo município em Pernambuco, é necessário que o eleitorado da área em questão não seja inferior a 30% da população total, conforme a Lei Complementar Nº 1/1990.
27. Segundo o Art. 9º da Lei Nº 18.428, todas as receitas do Estado de Pernambuco, salvo exceções específicas, devem ser recolhidas seguindo o princípio de unidade de tesouraria, evitando a criação de caixas paralelos.
28. A categorização dos custos em ""fixos"" e ""variáveis"" é crucial para a gestão financeira empresarial, na qual custos fixos não se alteram com o volume de produção ou venda, enquanto os custos variáveis oscilam de acordo com a produção. Essa distinção auxilia no cálculo preciso do ponto de equilíbrio financeiro e na tomada de decisões estratégicas.
29. A LOA de 2024 destina 75% de sua receita total para o financiamento de projetos de infraestrutura urbana no estado.
30. O Orçamento Fiscal do Estado de Pernambuco para 2024, conforme o Art. 2º da Lei Nº 18.428, compreende receitas e despesas estimadas em R\$ 48.399.994.899, incluindo as entidades da Administração Indireta e Fundações mantidas pelo poder público.
31. O Orçamento de Investimento de 2024 não prevê recursos para a captação de recursos através de empréstimos ou convênios.
32. Em casos de lesões graves sofridas por pacientes em hospitais públicos devido à negligência dos profissionais de saúde, o Estado pode ser responsabilizado civilmente, tendo o dever de garantir a segurança e a qualidade dos serviços públicos de saúde oferecidos à população.
33. Os indicadores de processos, também conhecidos como KPIs, são ferramentas que devem ser aplicadas apenas ao final de um projeto ou ciclo de processo, para avaliar os resultados finais sem influenciar na tomada de decisão ou no ajuste de estratégias durante sua execução.
34. A Constituição Federal preconiza que o Brasil adota o sistema de governo parlamentarista, em que o Presidente da República exerce tanto a função de Chefe de Estado quanto de Chefe de Governo, liderando o Executivo e o Legislativo.
35. Conforme estabelecido pela Lei Complementar Número 1, datada de 12 de julho de 1990, para a criação de um novo município em Pernambuco, é exigido que este possua uma população mínima de 5.000 habitantes.
36. A responsabilidade civil do Estado é aplicável apenas em situações nas quais houve a intenção explícita de causar dano por parte dos agentes públicos, excluindo casos de negligência ou imprudência.
37. De acordo com o princípio orçamentário da anualidade ou periodicidade, o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um período determinado, geralmente um ano, o que permite uma melhor adequação às variações econômicas, além de facilitar o controle e a gestão dos recursos públicos.

38. A dignidade da pessoa humana é um princípio fundamental expresso na Constituição Federal do Brasil, servindo de fundamento para a República Federativa do Brasil e orientando a criação de leis e políticas públicas que visem à promoção do bem-estar de todos os cidadãos.
39. Dentro do regime jurídico administrativo, o interesse primário refere-se às necessidades da coletividade e à intenção dos indivíduos que compõem a sociedade, independentemente das vontades específicas da administração estatal.
40. A fiscalização concomitante da administração pública é realizada exclusivamente após a conclusão dos atos administrativos, visando à correção, anulação ou revogação destes com base na avaliação de sua legalidade e mérito.
41. A Lei Orgânica de Olinda determina que a administração municipal deve ser realizada com transparência, moralidade e participação popular nas decisões, além de promover a descentralização administrativa.
42. Segundo a Lei Orgânica do Município de Olinda, a criação de novos distritos é incentivada como forma de promover a descentralização administrativa e melhor atender às demandas da população.
43. A Lei Complementar Nº 1/1990, promulgada em Pernambuco, autoriza explicitamente a criação de novos municípios na região, inclusive nos casos em que essa ação resulte na perda dos critérios inicialmente necessários para os municípios que dão origem a estes novos entes federativos.
44. A Lei Complementar Nº 1, de 12 de julho de 1990, estabelece que os municípios criados em Pernambuco serão automaticamente instalados imediatamente após a aprovação da lei de criação, sem necessidade de eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores.
45. A Lei Orçamentária de 2024 proíbe qualquer tipo de alteração orçamentária após sua publicação, mesmo em casos de emergência.
46. A liquidação é uma etapa do processo de execução da despesa pública que verifica se o serviço contratado, material fornecido ou obra realizada está conforme o combinado, precedendo o pagamento efetivo e assegurando que apenas despesas devidamente realizadas sejam pagas.
47. Conforme a Constituição Federal, o voto direto, secreto, universal e periódico é facultativo para todos os cidadãos brasileiros, sendo uma forma de garantir a liberdade de escolha e a participação política de cada indivíduo no processo eleitoral.
48. A LOA de 2024 estipula que todos os créditos suplementares devem ser aprovados pela Assembleia Legislativa, sem exceções.
49. A Constituição Federal de 1988 estabelece que os direitos e garantias fundamentais são aplicáveis apenas aos cidadãos brasileiros, excluindo estrangeiros residentes no país da proteção desses direitos.
50. A Lei Orgânica autoriza a subdivisão do município de Olinda em novos municípios independentes, se necessário, buscando proporcionar maior autonomia e gestão eficiente às áreas desmembradas.
51. O regime jurídico administrativo é caracterizado pelo conjunto de regras e princípios que estabelecem prerrogativas e restrições à Administração Pública, assegurando que o interesse da coletividade prevaleça sobre as vontades individuais da máquina estatal.
52. A gestão eficiente de estoques é fundamental para o equilíbrio financeiro das empresas, envolvendo a adoção de técnicas que asseguram a disponibilidade de produtos sem excessos que onerem custos. Uma estratégia adequada de estoque minimiza perdas por obsolescência e reduz o capital imobilizado, contribuindo para a liquidez empresarial.
53. No setor público, o processo de liquidação de despesas é opcional e pode ser omitido quando as despesas realizadas são de pequeno valor, simplificando o processo de pagamento e reduzindo a burocracia administrativa, especialmente em situações de emergência ou para pequenas compras.
54. Na classificação ABC, a categoria A representa os itens de menor valor e menor impacto no inventário, constituindo a maior parte dos itens em estoque. Essa categorização ajuda as empresas a focar nos produtos menos significativos para otimizar a gestão de estoques.
55. A Lei Complementar Nº 1, de 12 de julho de 1990, estabelece que a criação de municípios em Pernambuco deverá ser feita por Lei Estadual, após consulta prévia por meio de plebiscito às populações diretamente interessadas.
56. A receita do Orçamento de Investimento das empresas estatais para 2024 é estimada em R\$ 1.141.287.800, conforme o Art. 5º da Lei Nº 18.428, indicando o planejamento para investimentos estratégicos do estado.
57. A Lei Nº 18.428, de 22 de dezembro de 2023, estima a receita e fixa a despesa do Estado de Pernambuco para o exercício financeiro de 2024, totalizando R\$ 49.541.282.699, divididos entre Orçamento Fiscal e Orçamento de Investimento das empresas estatais.
58. Quando um cidadão sofre um dano por ação de um agente público, a responsabilidade de compensação recai exclusivamente sobre o agente envolvido, isentando o Estado de qualquer obrigação de reparação.
59. A Constituição Federal de 1988 consolida os direitos e garantias fundamentais, refletindo os princípios universais dos direitos humanos, que foram historicamente reconhecidos pela primeira vez na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, durante a Revolução Francesa.
60. A Lei Orgânica de Olinda estabelece como símbolos municipais a Bandeira, o Hino, de autoria de Themístocles de Andrade, e o Brasão de Duarte Coelho Pereira, refletindo a rica história e cultura do município.
61. A Lei Complementar Nº 1/1990 estabelece de forma específica que, para a realização do plebiscito voltado à criação de municípios no estado de Pernambuco, a participação será restrita exclusivamente aos eleitores que ainda não atingiram a maioria, ou seja, menores de 18 anos, constituindo uma exceção ao procedimento comum de votação.

62. Na execução da despesa pública, o pagamento pode ser realizado antes do empenho e da liquidação, como uma medida para agilizar a aquisição de bens e serviços essenciais, garantindo que os fornecedores sejam remunerados de forma antecipada e sem a necessidade de cumprir procedimentos formais.
63. O princípio da separação dos poderes, estabelecido pela Constituição Federal, assegura a independência e harmonia entre o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, objetivando evitar o abuso de poder e garantir um sistema de freios e contrapesos no exercício das funções estatais.
64. A Lei Orgânica do Município de Olinda, promulgada para reger a autonomia política, administrativa e financeira do município, define Olinda como Distrito Único, proibindo sua divisão em Distritos sob qualquer pretexto. Essa medida visa a preservar sua condição de Cidade Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade.
65. Para iniciar o processo de criação de um município em Pernambuco, é necessário um pedido à Assembleia Legislativa assinado por, no mínimo, 300 eleitores residentes na área desejada para desmembramento, conforme estabelecido pela Lei Complementar Nº 1/1990.
66. Segundo a Lei Orgânica, a administração municipal de Olinda não é obrigada a prestar contas de sua gestão financeira à população, sendo essa uma prerrogativa exclusiva da Câmara Municipal.
67. Os direitos fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988 são fortemente baseados na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, com o intuito de assegurar a dignidade da vida humana e fornecer proteção aos indivíduos diante das ações do Estado.
68. Os custos diretos e indiretos são classificações fundamentais no ambiente empresarial, no qual os diretos estão diretamente ligados à produção, como matéria-prima e mão de obra, enquanto os indiretos não se associam diretamente a nenhum produto específico, incluindo despesas como aluguel e energia elétrica. Esse entendimento é vital para a correta alocação de custos aos produtos.
69. A Lei Complementar Nº 1/1990 determina que nenhum município será criado em Pernambuco sem que haja um centro urbano já constituído, com um número de casas de alvenaria nunca inferior a 300.
70. A análise do fluxo de caixa descontado é fundamental para avaliar a viabilidade de projetos de longo prazo, ajustando os fluxos de caixa futuros ao valor presente para determinar o valor atual líquido. Esse método considera o tempo de valor do dinheiro, oferecendo uma perspectiva clara sobre o retorno potencial de investimentos.
71. Resolver problemas do primeiro grau é uma habilidade essencial para a vida cotidiana e para o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático.
72. O verbo atribui ao sujeito do enunciado uma ação ou estado, por exemplo: "falei", "triste", "acordei" e "feliz". Desse modo, observa-se que a marca composicional da categoria se dá com ação (verbo), a qual se materializa a partir do sujeito do enunciado.
73. Se um restaurante oferece um desconto de 15% em uma refeição de R\$ 80, o valor final a ser pago será de R\$ 68.
74. Se uma loja oferece um desconto de 50% em um produto que custa R\$ 100, o novo preço será R\$ 25.
75. Os sistemas de equações do primeiro grau são fundamentais em diversas áreas da matemática e das ciências aplicadas.
76. Os adjetivos qualificam outros seres ou objetos a partir de flexões, os quais geralmente são acompanhados por um substantivo ou pronome. Ex: "efêmero", "plácido", "aconchegante" e "tranquilo".
77. A principal mudança do Acordo Ortográfico se deu a partir da abolição do uso da crase, sinal gráfico de grande relevância para a Língua Portuguesa, o qual foi substituído pelo hífen.
78. Em um triângulo retângulo, os catetos são iguais aos dois lados que formam o ângulo reto.
79. Na progressão aritmética (PA) 3, 6, 12, 24, o quarto termo é igual a 18.
80. Para que um indivíduo falante de determinada língua interaja verbalmente, a sintaxe precisa estar alinhada com o sintagma, que se caracteriza por ser uma importante unidade linguística, que contribui para a análise sintática.
81. Um aumento de 30% em um valor de R\$ 60 resulta em R\$ 90.
82. Os dois processos que caracterizam a formação de palavras são conhecidos como composicional e derivação. O primeiro apresenta dois ou mais radicais. Enquanto o segundo, reduz uma palavra já existente a partir de seu afixo.
83. Os advérbios atuam como qualificadores do verbo, deste modo, atribuem uma circunstância ao mesmo. Quanto a sua classificação, esta se divide em sete categorias, as quais são: lugar; tempo; modo; intensidade; afirmação; negação; dúvida.
84. Os modos verbais se dividem em duas categorias: subjuntivo e imperativo. O primeiro, se caracteriza por relatar fatos incertos e duvidosos. Diferentemente do segundo, o qual tece ordens a um determinado locutor.
85. O substantivo simples se caracteriza por possuir dois radicais, os quais são livres e contribuentes. Ex: "Rodagigante" e "Quebra-cabeça".
86. A ortografia é uma parte incorreta da gramática pouco explorada, a qual visa o não uso de letras e sinais gráficos importantes para a escrita. Sendo assim, o seu estudo fica retido.
87. Se a soma dos 20 primeiros termos de uma progressão aritmética é igual a 330, e o primeiro termo $a_1=5$, então o vigésimo termo a_{20} é igual a 40.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens subsequentes.

71. Se um empréstimo de R\$ 2000 foi feito a uma taxa de juros simples de 10% ao mês, após 6 meses, o montante total será de R\$ 3200.

89. A sintaxe, parte importante da gramática, tem seu foco de estudo voltado para a disposição e a associação de palavras em uma frase. Esse processo visa principalmente, as orações e os períodos.
90. Um aumento de 20% no preço de um produto que custava R\$ 50 resulta em um novo preço de R\$ 60.
91. Se um empréstimo de R\$ 3000 foi feito a uma taxa de juros simples de 5% ao mês, após 1 ano, o montante total será de R\$ 3600.
92. No sistema de equações lineares: $2x+3y=10$ $4x-2y=6$ A solução é $x=2$ e $y=2$.
93. A derivação não se caracteriza como um processo morfológico, ela se dá a partir da justaposição, fator responsável por juntar duas ou mais palavras em uma mesma frase.
94. Se uma turma de 30 alunos teve um aumento de 50% em seu número de inscritos, agora ela possui 45 alunos.
95. Um investimento de R\$ 5000 a uma taxa de juros simples de 8% ao ano resultará em um montante de R\$ 5400 após 3 anos.
96. Os adjetivos se flexionam de dois modos, gênero e número. No caso do gênero, são classificados em uniformes ou biformes. Ex: "difícil", "amarelo" e dos números, sendo, singular ou plural: "um", "dois e "cinco".
97. O advérbio de lugar se caracteriza por possuir uma estrutura, a qual tem como função principal noticiar o tempo, por exemplo: "hoje", "amanhã", "depois, "cedo", "tarde", "dia" e "noite".
98. Os substantivos se dividem em dois graus: aumentativo e diminutivo. O primeiro grau se caracteriza por aumentar, exagerar uma palavra. Ex: "bonito - bonitão". Enquanto no diminutivo, ocorre a moderação da palavra. Ex: "bonito - bonitinho".
99. Em uma progressão aritmética (PA) com primeiro termo $a_1= 3$ e razão= 2, o quinto termo a_5 é igual a 11.
100. Se caracteriza como artigo definido: um, uma, uns e umas. Tais palavras servem para especificar, detalhar ou generalizar algo. Seja em uma conversa casual ou em uma produção textual.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO